

CÂMARA APROVOU REGULAÇÃO DE APLICATIVOS DE TRANSPORTE E TEXTO VAI À SANÇÃO

A Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira (28), duas das três emendas do Senado Federal, apresentadas ao Projeto de Lei (PL) nº 5.586/2016. O PL, de autoria do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), havia sido aprovado em abril de 2017 pelo Plenário da Câmara, onde foi relatado pelo deputado Daniel Coelho (PSDB-PE). Naquela ocasião, o texto era desfavorável aos aplicativos de transporte, impondo uma série de obrigações para que motoristas e veículos pudessem operar via aplicativos, entre as quais a necessidade de placa vermelha, como as utilizadas pelos taxistas, e a restrição do uso comercial do veículo a apenas seu proprietário.

O texto foi então encaminhado ao Senado Federal, que retirou diversos entraves impostos à operação dos aplicativos de transportes em votação realizada ainda no final de outubro de 2017. A matéria recebeu três emendas dos senadores que retiraram do texto: (i) a necessidade de uma autorização específica emitida pelo poder público municipal ou distrital para a prestação do serviço nos municípios que optarem por regulamentar o serviço; (ii) a obrigatoriedade de o motorista vinculado ao aplicativo ser o proprietário, fiduciante ou arrendatário do veículo; (iii) a necessidade de o veículo possuir placa vermelha (registro e emplacamento na categoria aluguel); e (iii) a competência dos municípios para regulamentar os aplicativos de transporte.

O texto, por ter sido alterado no Senado, teve que retornar à Câmara para apreciação tão somente das emendas incorporadas ao texto do projeto em outubro de 2017.

Na Câmara, o relator, deputado Daniel Coelho, ponderou que não seria aquela Casa

Legislativa que retiraria o emprego de quase 500 mil trabalhadores das empresas de aplicativos de transporte, uma vez que, na prática, retomar o texto inicial aprovado em abril do ano passado seria condenar à irregularidade todos aqueles que prestam esse serviço hoje.

Assim, a Câmara ratificou as emendas do Senado sobre a retirada da necessidade de uma autorização prévia do município e sobre a não obrigatoriedade de o motorista vinculado ao aplicativo ser proprietário do veículo e de este estar registrado na categoria "aluguel" e portar a placa vermelha. No entanto, a Câmara rejeitou a emenda do Senado que derrubava a competência dos municípios para regulamentar a matéria.

Apesar de simplificar as normas previstas no texto da regulamentação, o texto final aprovado prevê que o veículo deverá atender às características exigidas pela autoridade de trânsito e pelo poder público local, com idade máxima do motorista estipulada pelo município que regulamentar a matéria. Além disso, a carteira do motorista deverá manter-se como categoria B ou superior com informação de que exerce atividade remunerada.

Agora, o texto será encaminhado ao presidente da República Michel Temer, que terá 15 dias úteis para sancionar ou vetar, total ou parcialmente, o projeto, sob pena de seu silêncio importar em sanção tácita da matéria.

Caso algum dispositivo seja vetado, o veto será objeto de análise pelo Congresso Nacional que, em sessão conjunta, decidirá pela sua manutenção ou sua derrubada.

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E MUDANÇAS EM CARGOS-CHAVE

Na última terça-feira (27), foi publicada a MP nº 821/2018, que criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública. A pasta possui as seguintes competências: (i) coordenar e promover a integração da segurança pública em todo o território nacional, em cooperação com os demais entes federativos; (ii) exercer, planejar, coordenar e administrar a política penitenciária nacional; (iii) fazer o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, por meio da Polícia Rodoviária Federal; (iv) exercer a política de organização e manutenção da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; e (v) efetuar a defesa dos bens próprios da União e das entidades integrantes da administração pública federal indireta.

O presidente Michel Temer designou o então ministro da Defesa, Raul Jungmann, para assumir a pasta da Segurança Pública. Em seu lugar, o general Joaquim Silva e Luna, secretário-executivo do Ministério da Defesa desde outubro de 2015, assume interinamente a pasta desde 1999, quando foi criada no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa mudança também representa um maior protagonismo dos militares desde a redemocratização, uma vez que a tradição desde 1985 é o comando político-civil das três Forças Armadas.

A mudança de cargos-chave também atingiu a Polícia Federal, onde Rogério Galloro substituiu Fernando Segóvia, que ocupou o cargo de diretor-geral da Polícia Federal por pouco mais de três meses. Segóvia foi demitido após dar declarações que geraram desgastes ao presidente Temer. A nomeação de Galloro é

vista como fortalecimento político de Raul Jungmann e contou também com o apoio do ministro da Justiça, Torquato Jardim. Ele também foi braço direito de Leandro Daiello, ex-diretor-geral da Polícia Federal que esteve à frente da Operação Lava Jato e atuou no Comitê Executivo da Interpol.

REFIS RURAL É PRORROGADO

Em 1º de março foi sancionada e publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 13.630/2018, oriunda da MP nº 803/2017, que prorroga o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), também conhecido como Refis Rural, para 30 de abril de 2018. O PRR permite o parcelamento, com descontos, de débitos de produtores rurais com a contribuição social, o Funrural. De acordo com o texto publicado, a adesão ao PRR ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado até 30 de abril de 2018 e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou de sub-rogado.

RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DOS ESTADOS É FLEXIBILIZADA

O Senado também aprovou, na quarta-feira (28), a MP nº 801/2017, que flexibiliza as regras de adesão dos estados ao programa de renegociação de dívidas com a União Federal. A Lei nº 13.631/2018, publicada no DOU de 02 de março, permite a adesão dos entes federados ao parcelamento da dívida com a União sem apresentar uma série de certidões e sem comprovar a regularidade no cumprimento das regras relativas ao funcionamento dos regimes próprios de Previdência Social (previdência dos servidores públicos) e no comprometimento máximo da receita corrente líquida com despesas relativas às parcerias público-privadas (PPPs).

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara
PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara
PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado
PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado
MP: Medida Provisória
PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara
PRS: Projeto de Resolução do Senado
PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara
PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado
PFC: Proposta de Fiscalização e Controle
RCP: Requerimento de Constituição de CPI
REQ: Requerimento
VET: Veto

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

MUDANÇAS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE MES E EPPs

Também na última quarta-feira (28), o Plenário do Senado aprovou o PLS nº 285/2011, que dispensa as microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) de apresentar certidões negativas de débitos tributários para obtenção de vantagens previstas na Lei de

Recuperações Judiciais. Com isso, as dívidas da empresa com o poder público não mais impedirão que a empresa obtenha a recuperação judicial. O projeto também estende, de 36 para 48 meses, o prazo de parcelamento das dívidas das empresas. A matéria agora segue para análise na Câmara dos Deputados.

AGENDA DA SEMANA

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)
06/03/2018, ÀS 9H

Audiência pública interativa conjunta com as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo para tratar da Resolução nº 400, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que autoriza a cobrança de bagagens, e seus impactos nas tarifas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)
07/03/2018, ÀS 10H

PLS nº 171/2012, que estabelece procedimento licitatório simplificado para estados, municípios e o Distrito Federal adquirirem diretamente dos laboratórios fabricantes medicamentos e material hospitalar destinado a suprir as necessidades de abastecimento das secretarias de saúde em ações voltadas ao atendimento gratuito da população pela rede pública de saúde.

Relatora: sen. Ana Amélia (PP-RS)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PLS nº 186/2014, que legaliza a exploração dos jogos no Brasil.

Relator: sen. Benedito de Lira (PP-AL)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLS nº 319/2015, que cria a Zona Franca de São Luís, no estado do Maranhão, e dá outras providências.

Relator: sen. Edison Lobão (MDB-MA)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PLS nº 495/2015, que amplia a autonomia, a capacidade técnica e os poderes de regulação de mercado das agências reguladoras, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Relator: sen. Valdir Raupp (MDB-RO)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

PLS nº 283/2016, que altera a Lei do CADE para tornar a multa à prática de cartel proporcional ao tempo de duração da infração, instituir o ressarcimento em dobro aos prejudicados que

ingressarem em juízo, ressalvados os réus que assinarem acordo de leniência ou termo de compromisso de cessação de prática, além de outros incentivos ao acordo de leniência.

Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLS nº 54/2017, que dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade.

Relator ad hoc: sen. Cidinho Santos (PR-MT)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLS nº 60/2017, que altera a Lei dos Partidos Políticos para aplicar a estes as normas legais sobre responsabilidade objetiva e compliance e estimular no plano interno a adoção de código de conduta, programa de integridade e auditoria.

Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)
Relatório: pela aprovação.

PLS nº 173/2017, que altera a Lei de Propriedade Industrial para tornar mais eficiente o processo de exame de pedido de patente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Relator: sen. Valdir Raupp (MDB-RO)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLS nº 319/2017, que altera a Lei de Licitações para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho.

Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)
07/03/2018, ÀS 10H

PLS nº 284/2014, que altera a Lei nº 12.431/2011 para isentar de IR a emissão de debêntures de sociedade de propósito específico para implementar projetos de desenvolvimento sustentável.

Relator: sen. Sérgio Petecão (PSD-AC)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLS nº 75/2017, que altera a Lei nº 12.305/2010 para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa.
Relator: sen. Cristovam Buarque (PPS-DF)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (CTFC)
07/03/2018, às 11h

PLS nº 90/2012, que altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação.
Relator: sen. Dário Berger (MDB-SC)
Relatório: pela aprovação do projeto e pela rejeição de emenda.

PLS nº 48/2018, que acresce artigo ao Código de Defesa do Consumidor para definir novas hipóteses de práticas abusivas por meio de telemarketing ativo.
Relator: sen. Armando Monteiro (PTB-PE)
Relatório: não apresentado.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)
06/03/2018, às 14h30

PLS nº 662/2011, que altera a Lei Geral de Telecomunicações para tornar obrigatória a organização e apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários.
Relator: Paulo Rocha (PT-PA)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL
07/03/2018, às 14h30

Audiência pública para discutir o tema "Modernização da Legislação Empresarial: Comércio Eletrônico e Parasitismo".

COMISSÃO MISTA DA MP Nº 806/2017, QUE DISPÕE SOBRE O IR INCIDENTE SOBRE AS APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO
06/03/2018, às 14h30

Audiência pública para apreciar o parecer do relator, dep. Wellington Roberto (PR-PB).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO
06/03/2018, às 16h

REQ nº 7.109/2017, que requer urgência para apreciação do PL nº 2.724/2015, do dep. Carlos Eduardo Cadoca (PDT-PE), que modifica o artigo 181 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (eleva a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo).

COMISSÃO ESPECIAL PARA DISCUSSÃO DO PL Nº 3.139/2015, QUE ALTERA A LEI DE SEGUROS PRIVADOS
07/03/2018, às 14h30

Reunião não deliberativa para apresentação do parecer do relator, dep. Vinícius Carvalho (PRB-SP).

FIQUE DE OLHO

COMISSÃO ESPECIAL PARA DISCUSSÃO DO PL Nº 6.814/2017, QUE INSTITUI NOVA LEI DE LICITAÇÕES
06/03/2018, às 14h30

Reunião de instalação da Comissão.

COMISSÃO ESPECIAL PARA DISCUSSÃO DO PL Nº 9.463/2018, QUE TRATA DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS
06/03/2018, às 16h

Reunião de instalação da Comissão.